

GEOECONOMIA E SEGURANÇA ECONÔMICA

A Inteligência e a Contraineligência Econômicas na logística e mobilização nacional *

DOI: <https://doi.org/10.58960/rbi.2023.18.224>

Kael Weingartner Chagas **

Peter Loeb Caldenhof ***

Resumo

Este artigo explora, sob a perspectiva da Geoeconomia e da Segurança Econômica do Brasil, as funções e especificidades da Inteligência Econômica e da Contraineligência Econômica e suas aplicações no âmbito da Logística e Mobilização Nacional (LMN). A análise demonstra que as relações de poder e as disputas econômicas entre Estados e organizações definem os problemas abordados pela Inteligência Econômica e as ameaças específicas que a Contraineligência tem de combater, seja no contexto de guerra econômica global, seja na lógica da economia de guerra e da continuidade das atividades produtivas e de abastecimento. Por fim, o texto explora as sinergias e limites da combinação de ambos os ramos da Inteligência na produção e na proteção de conhecimentos estratégicos e de infraestruturas críticas.

Palavras-chave: geoeconomia; segurança econômica; Inteligência Econômica; Contraineligência; Logística e Mobilização Nacional.

GEOECONOMY AND ECONOMIC SECURITY

Economic Intelligence and Counterintelligence in Logistics and National Mobilization

Abstract

This paper explores, from a geoeconomic perspective of the Economic Security in Brazil, the functions and specificities of the Economic Intelligence and the Economic Counterintelligence and their applications in the scope of Logistics and National Mobilization (LNM). The analysis demonstrates that power relations and economic disputes between States and organizations define the problems addressed by Economic Intelligence and the specific threats that Counterintelligence must fight, whether in the context of global economic warfare, or in the logic of a war economy and the continuity of production and supply activities. Finally, the text explores the synergies and limits of combining both branches of Intelligence in the production and protection of strategic knowledge and critical infrastructures.

* Este artigo é resultado de pesquisa realizada no âmbito do Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN) da Escola Superior de Defesa (ESD), sob orientação do Professor Doutor Ivan Carlos Soares de Oliveira.

** Graduado em Ciências e Tecnologia e em Engenharia de Petróleo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pós-graduado em Logística e Mobilização Nacional pela Escola Superior de Defesa (ESD). Servidor Público Federal.

*** Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-graduado em Logística e Modais de Transportes pela AVM Educacional, em Economia Brasileira Contemporânea pela Faculdade Método de São Paulo (FAMESP) e em Logística e Mobilização Nacional pela Escola Superior de Defesa (ESD). Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Analista vinculado à Casa Civil/PR.

Keywords: *geoconomy; economic security; Economic Intelligence; Counterintelligence; Logistics and National Mobilization.*

GEOECONOMÍA Y SEGURIDAD ECONÓMICA

La Inteligencia y la Contrainteligencia Económicas en la logística y movilización nacional

Resumen

Este artículo explora, desde la perspectiva de la Geoeconomía y de la Seguridad Económica en Brasil, las funciones y especificidades de la Inteligencia Económica y de la Contrainteligencia Económica y sus aplicaciones en el ámbito de la Logística y Movilización Nacional (LMN). El análisis demuestra que las relaciones de poder y las disputas económicas entre Estados y organizaciones definen los problemas que aborda la Inteligencia Económica y las amenazas específicas que tiene que combatir la Contrainteligencia, ya sea en el contexto de la guerra económica global, o en la lógica de la economía de guerra y de la continuidad de las actividades productivas y de abastecimiento. Por último, el texto explora las sinergias y límites de combinar ambas ramas de la Inteligencia en la producción y protección de conocimientos estratégicos e infraestructuras crítica.

Palabras clave: *geoeconomía; seguridad económica; Inteligencia Económica; Contrainteligencia; Logística y Movilización Nacional.*

Introdução

O mundo atual é marcado pela continuidade das disputas políticas, militares e econômicas entre Estados e poderosos atores não estatais, em uma “condição sistemática de instabilidade dos relacionamentos entre os países e a emergência de novas ameaças no cenário internacional” (BRASIL, 2020, p. 7). Ao mesmo tempo em que a globalização acarretou uma enraizada interdependência entre países, economias e sociedades, essa competição por poder não descarta as relações de força e de imposição de vontade nas relações internacionais (KHANNA, 2016; OLIER, 2012; BRASIL, 2020). “O conflito prossegue, mesmo num mundo de interdependência. Como as coligações são mais complexas e são utilizadas diferentes formas de poder, os conflitos são como jogar xadrez em vários tabuleiros ao mesmo tempo” (NYE, 2002, p. 224).

Esse xadrez multidimensional e com vários jogadores impõe aos países a necessidade de uma visão estratégica de desenvolvimento para enfrentarem a competição mais instável e imprevisível em um ambiente definido por profundas e constantes transformações de suas conjunturas e estruturas internas e internacionais (BRASIL, 2020; BRASIL, 2017). Os diversos tabuleiros e atores do jogo são

apenas parcialmente visíveis através de uma névoa de opacidade, indisponibilidade e incerteza das informações, o que aumenta os riscos de erros e reduz as chances de êxito das políticas nacionais (FINGAR, 2011). Do mesmo modo, a própria informação é disputada em um tabuleiro transversal, em que os serviços de Inteligência competem pela capacidade de compreensão sistêmica do jogo como um todo¹, ao mesmo tempo em que protegem seus próprios segredos (BRITO, 2011; POTTER, 1998).

Nesse cenário político e geoeconômico, um dos campos fundamentais de necessidade de embasamento do processo decisório estratégico é o da Logística e Mobilização Nacional (LMN), marcado por sua complexidade e pelas conexões das dimensões logístico-econômica e político-militar. Aqui, entende-se logística com um conceito amplo, que ultrapassa a definição estrita do âmbito empresarial e engloba toda a capacidade de manutenção e suprimento do país em situação de guerra ou grave crise, e inclui não apenas transportes, armazéns e infraestruturas correspondentes, mas questões como o abastecimento de energia elétrica, o setor de saúde e até as comunicações e motivação psicossocial. Mobilização, por sua vez, é a capacidade de transformação do potencial total do país em caso de agressão externa para suprir as necessidades que vão além da

1 Um dos papéis centrais da Inteligência Estratégica é alimentar o processo decisório e o planejamento estratégico com conhecimentos analíticos, percepções, cenários e estimativas. Entende-se aqui a estratégia como um método de pensamento que categoriza, prioriza e escolhe os meios mais eficazes para a consecução de objetivos em dadas circunstâncias. Não é um conceito apenas de ordem militar: inclui os domínios político, econômico, diplomático, entre outros, no que se denomina de estratégia total (BEAUFRE, 1998).

logística nacional existente, e envolve todo o processo de geração dessas capacidades, do planejamento à desmobilização (VIDEIRA, 2019; BRASIL, 1983; BRASIL, 2007).

Sob essa lógica, qual é o papel da Inteligência de Estado para a Segurança Econômica do Brasil? Com escopo mais específico, quais são as funções e especificidades das vertentes de Inteligência Econômica (IE) e Contrainteligência Econômica (Contra-IE) na seara da Logística e Mobilização Nacional (LMN)? E quais as implicações decorrentes para a Atividade de Inteligência no Brasil? Apesar da marcada relevância do problema sob a ótica da Segurança Nacional brasileira, a pesquisa acadêmica em IE e, sobretudo, de pesquisas com um tratamento conjunto de IE e Contra-IE, é particularmente escassa (RIBEIRO, 2016). Igualmente escassa é a literatura que trata o campo da LMN sob uma ótica estratégica de segurança econômica e da geoeconomia.

Assim, este artigo visa, sob o ponto de vista da Geoeconomia e da Segurança Econômica do Brasil, a explorar as funções e características definidoras da IE e da Contra-IE no âmbito da LMN, e as identificar e explicar a partir da natureza de seu objeto de atuação, *i.e.*, economia, logística, cadeias de suprimentos e mobilização. Por fim, exploram-se as conexões, sinergias e limites da IE e

Contra-IE, especialmente ao se considerar que, no Brasil, são executadas pela mesma instituição de Estado, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) (BRASIL, 1999).

Marco teórico de referência

Nos termos da Política Nacional de Defesa (PND) de 2020 e da Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2020, a Segurança Nacional²: “É a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais” (BRASIL, 2020, p. 78). A segurança do Estado e de sua sociedade é eminentemente política, mas composta de setores diversos, como a economia, o meio-ambiente, a cultura etc., que suportam essa estrutura política e a continuidade das sociedades nacionais e de seus membros (DCAF, 2015).

Para garantir a Segurança Nacional e a consecução de nossos interesses nacionais contra ameaças e vulnerabilidades externas e internas, essa diversidade de fatores deve ser articulada por uma Grande Estratégia ou pela Política de Segurança Nacional (RUDZIT e NOGAMI, 2010), que tem a segurança econômica como uma parte constituinte fundamental (POTTER,

2 Ao se adaptar às mudanças teóricas das últimas décadas e à Constituição Federal, o conceito trata a segurança do Estado e a segurança humana em conjunto (DCAF, 2012).

1998; RODRIGUEZ, 2011). Seja pela centralidade da manutenção da atividade econômica para o sustento da Defesa em tempos de paz e de guerra, seja pela utilização de instrumentos econômicos na competição estratégica em busca de poder e bem-estar de suas populações (NYE, 2002; FOLGADO, 2009), a economia tem de ser levada em conta nos cálculos estratégicos.

Por sua vez, a goeconomia constitui a junção dos aspectos geopolíticos de poder, território e atores com a ótica da economia (OLIER, 2012), e reflete o deslocamento do campo da disputa para a esfera de produção e distribuição das bases materiais e de serviços essenciais à existência dos Estados e sociedades (FOLGADO, 2009; POTTER, 1998). Blocos e organizações econômicas, recursos naturais, finanças, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e as conexões territoriais de logística e de cadeias de suprimentos (KHANNA, 2016), que funcionam como as artérias da complexa economia globalizada, assumem destaque para a Segurança e a Defesa nacionais (OLIER, 2012) e para o subsistema de LMN. Essas características do sistema internacional implicam a necessidade de provimento dos decisores

com conhecimentos e estimativas que analisem os numerosos fatores, reduzam-nos a seus aspectos essenciais e expliquem a conjuntura em que as escolhas estratégicas têm de ser feitas (BEAUFRE, 1998; BRITO, 2011), ao mesmo tempo em que se mantém os adversários³ no estado de incerteza, e se semeia dúvidas sobre nossas intenções (BEAUFRE, 1998).

O assessoramento informacional oportuno, amplo e seguro à formulação e à execução das estratégias de Estado, ou seja, o conhecimento posto ao serviço da tomada de decisões competitivas (OLIER, 2012) relacionadas a ameaças e oportunidades à Segurança Nacional, é a função precípua da Atividade de Inteligência de Estado (GONÇALVES, 2016; FINGAR, 2011) e está no cerne da efetividade das ações governamentais (BRASIL, 2017; CHUTER, 2011). No Brasil, a Atividade de Inteligência se divide em dois grandes ramos, a Inteligência e a Contraineligência, definidos na Lei nº 9.883/1999, que instituiu o Sisbin e criou a Abin, e na Política Nacional de Inteligência (PNI)⁴.

3 Outro aspecto fundamental é o caráter adversarial em que o conceito de estratégia é utilizado no contexto da Segurança Nacional e da Inteligência de Estado. O raciocínio estratégico pressupõe uma grande capacidade de análise e síntese em situação de incerteza, aprecia a realidade em transformação constante e procede sobre hipóteses (BEAUFRE, 1998; BRITO, 2011). A Inteligência Estratégica tem implicações a longo prazo, geralmente vinculadas a formulação de cenários prospectivos (ABRAIC *apud* GONÇALVES, 2018). Platt, ao enfatizar o aspecto de adversidade, considera "possibilidades, vulnerabilidades e linhas de ação prováveis das nações estrangeiras (...). Busca, principalmente, guiar a formulação e a execução de medidas de segurança nacional" (1974, p. 31).

4 Enfatiza-se a obtenção, a análise e a difusão de conhecimentos para o processo decisório nacional, a salvaguarda, a segurança da sociedade e do Estado brasileiros, bem como a neutralização da Inteligência adversa e a proteção de informações e instalações sensíveis (BRASIL, 1999; BRASIL, 2016).

Funções e especificidades da IE na lógica da geoeconomia e da segurança econômica

O estudo da Inteligência Econômica como ramo específico⁵ da Inteligência de Estado toma corpo a partir do fim da Guerra Fria e da percepção de deslocamento da competição interestatal da esfera político-estratégica e militar para a seara econômica (CHUTER, 2011), inclusive entre aliados políticos (POTTER, 1998), com ênfase para o viés da guerra econômica, isto é, do conflito entre Estados e empresas por vantagens econômicas, financeiras e competitivas (POTTER, 1998; RIBEIRO, 2016). No entanto, a atividade de coleta, busca e análise de informações de natureza econômica e logística para problemas de segurança nacional é muito mais antiga, e consubstancia parte das informações estratégicas desde que grupos e Estados apresentam interesses conflitantes (PLATT, 1974; CHUTER, 2011; RIBEIRO, 2016; FOLGADO, 2009).

Diversos autores analisados por Ribeiro (2016) ressaltam o sentido da IE como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social do país por meio de informações sobre atores,

fatores, fenômenos e cenários de conteúdo econômico para a determinação da economia política dos Estados, e integra o planejamento econômico com as questões de segurança.

Em sua essência, a IE de Estado tem a mesma função de identificação de ameaças e antecipação de problemas e tendências para embasar o processo decisório governamental que a Inteligência Estratégica de Estado em geral (RIBEIRO, 2016; BRITO, 2011; SOUZA, 2018), mas diferencia-se pelo tipo de problemas e ameaças sob análise, isto é, a economia e a segurança econômica nacional (OLIER, 2012).

Concretamente, os problemas analisados pela IE dizem respeito aos processos de produção e distribuição de todos os bens e serviços que satisfazem as necessidades de indivíduos, organizações e Estados, e são elucidados com fundamento nas categorias técnico-científicas⁶ das ciências econômicas e da geoeconomia. Dessa forma, uma especificidade da IE é a necessidade de boa compreensão da economia política e da teoria econômica pelas equipes de analistas (RIBEIRO, 2016), que viabilize sua interlocução com colaboradores, fontes e

5 Apesar de a Inteligência Econômica (IE) apresentar pontos de conexão com outros tipos de atividades de coleta e processamento analítico de informações, como a produção de conhecimentos técnicos setoriais e as Inteligências financeira, comercial e competitiva (Glossário de Inteligência Competitiva, ABRAIC *apud* GONÇALVES, 2018; FOLGADO, 2009), a IE de Estado constitui um ramo separado que se distingue dos demais por seu escopo estratégico de segurança nacional, seus clientes, métodos, meios e temas de análise específicos (SOUZA, 2018).

6 Tais quais oferta, demanda, renda, investimentos, estruturas de mercado, eficiência alocativa, custos de oportunidade e de transação, elasticidade, desenvolvimento, efeitos difusores, entre outras.

usuários dos conhecimentos⁷. Igualmente, o domínio da matéria pela equipe de IE possibilita a integração interdisciplinar dos conhecimentos de Inteligência e o surgimento de *insights* (PLATT, 1974; FINGAR, 2011).

De um ponto de vista da economia de guerra ou de crise, a IE visa a compreender e antecipar, à alta cúpula decisória, ameaças, oportunidades e vulnerabilidades econômicas e logísticas para a capacidade de os Estados sustentarem suas populações e suas expressões de Poder em tempos de crise ou de guerra (PLATT, 1974). Para isso, analisa fenômenos e tendências críticas de inflação, recessão, desabastecimento⁸ de bens e insumos estratégicos, riscos de interrupção de cadeias produtivas ou de infraestruturas críticas, efeitos sistêmicos de crises financeiras⁹, etc. Sob o aspecto da guerra econômica, objetiva, por sua vez, apoiar o setor produtivo de seus respectivos países, o que configura, por si só, uma vantagem econômica aos Estados em disputa (VIEIRA, 1999; RIBEIRO, 2016; OLIER, 2012).

Há questões mais específicas que definem a competitividade nacional ou apresentam potencial de afetar a segurança econômica dos países e que devem ser apreciados

para a compreensão sistemática do entorno competitivo (OLIER, 2012). Vejam-se, exemplarmente, tópicos como os fluxos de capital, variações cambiais e de taxas de juros, avanços tecnológicos e científicos, comércio e investimentos internacionais, base industrial, competição interempresarial, condições fiscais, migrações, meio ambiente, crimes transnacionais, pandemias e seus respectivos impactos econômicos (POTTER, 1998; CHUTER, 2011). Ao se considerar o caráter essencialmente político e estratégico do olhar sobre a economia da IE, especial atenção tem de ser dada à possibilidade de utilização deliberada¹⁰ dessas variáveis econômicas por governos ou grupos estrangeiros (DCAF, 2003; RICKARDS, 2009). Nesse contexto, a produção de conhecimentos de IE também precisa iluminar as capacidades e intenções de competidores, adversários, aliados e quaisquer atores relevantes nos sistemas econômicos global e nacional (POTTER, 1998).

Por fim, ressalta-se que essa apreciação política da análise das relações de poder e das estratégias econômicas dos Estados e de seus grupos econômicos (OLIER, 2012) tem de incluir também os aspectos espaciais e territoriais da ótica

7 Um sistema coordenado de Inteligência Econômica com a participação de entes públicos e privados é considerado pela literatura como uma característica fundamental da Inteligência Econômica na comparação com outras áreas da Inteligência de Estado (POTTER, 1998; RIBEIRO, 2016; FOLGADO, 2009; SOUZA, 2018).

8 Para o caso brasileiro, um objeto de interesse estratégico especial são as condições de segurança energética ligadas à produção *offshore* de hidrocarbonetos em caso de uma Mobilização Nacional (COSTA e GÓES, 2023).

9 Destaca-se o papel dos índices de risco soberano, que podem servir como sensores de IE (BRANCO, 2017).

10 Ressalta-se aqui o *Lawfare*, i.e., a condução da guerra econômica por meios jurídicos como ações de especial interesse da IE e Contra IE, mas que ultrapassam o escopo deste trabalho e merecem aprofundamento específico.

geoeconômica, em que se destacam as cadeias de suprimentos globais e seus elos regionais e locais (RODRIGUEZ, 2011; KHANNA, 2016), as condições e potenciais das economias estrangeiras, as tendências econômicas mundiais, bem como a obtenção de Inteligência para apoiar as negociações comerciais do país (DCAF, 2003). A proteção das próprias economias, o acesso a matérias primas industriais e energéticas, à água e a alimentos, assim como o domínio de tecnologias-chave e a conquista de mercados e produtos sensíveis não ocorrem em um vácuo, mas no mundo concreto de Estados territoriais, que utilizam tais fatores como elementos de projeção internacional e de reforço do próprio potencial econômico e social (OLIER, 2012).

Assim, sob o ponto de vista da geoeconomia e da segurança econômica, e diferentemente dos trabalhos econômicos técnicos¹¹ de órgãos como o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a produção de conhecimentos da IE no Brasil integra transversal e interdisciplinarmente os fundamentos das ciências econômicas e da economia política com conhecimentos de ordem geopolítica, social e militar (OLIER, 2012; BRITO, 2011; SOUZA, 2018), baseados em dados obtidos em fontes abertas ou com meios especializados

de acesso a dados negados, normalmente com tratamento sigiloso.

Funções e especificidades da Contrainteligência Econômica

Segundo a PNI, as peculiaridades dos atuais cenários nacional e internacional induzem a Atividade de Inteligência a redefinir suas prioridades em prol de questões como as econômico-comerciais e científico-tecnológicas. Para impedir que serviços de Inteligência estrangeiros se envolvam em atividades clandestinas direcionadas a interesses econômicos e comerciais, faz-se necessário o desenvolvimento de ações defensivas, como as de proteção dos conhecimentos sensíveis e das infraestruturas críticas nacionais (POTTER org., 1998). O desenvolvimento dessas ações e a contraposição a essas ameaças são funções precípua da Contrainteligência.

A Contrainteligência tem os objetivos de fazer frente à Inteligência adversa e salvaguardar os ativos, interesses e conhecimentos sensíveis do país. Suas ações se contrapõem às ações de Inteligência ofensiva, e protegem o país contra ameaças como a espionagem, a interferência externa, o terrorismo, a sabotagem e o vazamento de informações. No contexto da Inteligência de Estado, o propósito da Contrainteligência é proteger o Estado e a

11 A capilaridade nacional e internacional da Abin, aliada ao amplo horizonte de suas diversas áreas de coleta e análise, formam um diferencial para este tipo de integração informacional e para o estabelecimento de conexões entre os aspectos técnicos da economia com o escopo da segurança do Estado e da sociedade.

sociedade, e seus segredos, contra outros Estados e organizações (BRUNEAU, 2000). Dessa forma, contribui para a salvaguarda do patrimônio nacional de áreas consideradas de interesse estratégico para a segurança e o desenvolvimento nacional, a partir de ações de sensibilização, capacitação, avaliações de risco, operações de Inteligência e outras ações especializadas. Na esfera da segurança econômica, a Contra IE é o ramo da Contraineligência que se contrapõe às ações adversas que visam a prejudicar a competitividade econômica do Estado, bem como a proteger as tecnologias sensíveis e ativos estratégicos das cadeias produtivas do país.

No Brasil, a atuação da Inteligência com enfoque na Contra IE costuma estar vinculada a ações de Contraineligência em sentido amplo, visto que o viés econômico dificilmente se separa das outras ameaças que exigem atuação da Contraineligência de Estado. Apesar disso, outros países já possuem programas específicos nesse ramo. O Departamento Federal de Investigação dos Estados Unidos (FBI), por exemplo, possui um programa de Contra-IE desde 1994, com o objetivo de coletar informações e engajar em atividades para detectar e neutralizar ameaças e atividades patrocinadas ou coordenadas por potências estrangeiras dirigidas contra os interesses econômicos dos Estados Unidos, especialmente atos de espionagem econômica (FRAUMANN, 1997).

No atual contexto geoeconômico global, deparamo-nos com a existência de Inteligências Econômicas agressivas com grande capilaridade de aquisição de Inteligência de fontes humanas, aptidão técnica sem precedentes e crescente capacidade de influência no âmbito das redes sociais e dos meios de comunicação. Consequentemente, cabe aos países reforçarem seus trabalhos de Contraineligência destinados a neutralizar a espionagem econômica, a antecipar os movimentos dos fluxos econômicos de caráter assimétrico e a prevenir a intrusão tecnológica nas infraestruturas críticas relacionadas com a economia (RODRÍGUEZ, 2011).

Uma ameaça que merece destaque para a atuação da Contraineligência é a espionagem. A espionagem industrial, por exemplo, que tem como objetivo roubar propriedades intelectuais e tecnológicas de um Estado para obter vantagem competitiva, possui grande potencial de prejudicar a produção nacional e a economia (BONUCCI, 2016). Além disso, a espionagem também pode objetivar outros tipos de informações comerciais, como posições de barganha, disposição máxima de pagar por contratos e outras informações de posicionamento que possam ser úteis a um concorrente, comprador ou fornecedor (POTTER, 1998). Assim, a defesa das indústrias nacionais é primordial para a manutenção da competitividade econômica do país

no cenário global, com parcerias bem estabelecidas entre governo e empresas para a proteção dos segredos industriais, tecnologias estratégicas e informações comerciais.

A Abin possui dois programas que merecem destaque no combate à espionagem e na proteção de setores estratégicos e de tecnologias sensíveis: o Programa Nacional de Proteção de Conhecimento Sensível (PNPC) e o Programa de Articulação Nacional entre Governo, Empresas e Instituições Acadêmicas para a Prevenção e Mitigação do Risco de Eventos Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares selecionados (Pangeia). O primeiro promove, por meio de parcerias com instituições estratégicas, a proteção de conhecimentos sensíveis relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade. O segundo possui enfoque na proteção de bens e tecnologias sensíveis relacionadas à proliferação de armas de destruição em massa, por meio de ações como o fomento à cultura de proteção e o assessoramento no controle do comércio de bens sensíveis.

Outra área de preocupação da Contrainteligência, de grande importância para a segurança econômica do País, é o setor de biodiversidade e meio ambiente.

Por meio de biopirataria, roubo de conhecimento tradicional associado, tráfico, desmatamento, extração ilegal e espionagem, o Brasil sofre danos enormes à sua economia¹² e à sua imagem perante a comunidade internacional. Diversas espécies brasileiras de plantas e animais foram objeto de registros de patentes no exterior, o que causou problemas para o governo brasileiro (FARIAS e CARVALHO, 2022).

Além disso, um Estado pode ser seriamente prejudicado por um ataque às próprias infraestruturas críticas¹³ (ICs), cujo funcionamento contínuo é essencial para o desenvolvimento, a segurança e a qualidade de vida do país. São infraestruturas que envolvem os setores de comunicação, de transporte, de energia, setor financeiro e o fornecimento de suprimentos essenciais, como água e combustíveis.

IE e Contra-IE na Logística e Mobilização Nacional

O fundamento teórico e doutrinário da Mobilização Nacional (MN) se encontra no advento da nação armada ou guerra total, em que todos os recursos e o conjunto de forças ativas de um país são mobilizados e amalgamados para a vitória sobre o adversário. Gerada pela capacidade

12 A borracha, por exemplo, extraída de seringueira nativa da Amazônia, teve um peso significativo na economia brasileira no século XIX, até que ingleses contrabandearam suas sementes para a Ásia, que paulatinamente dominou o comércio mundial do produto.

13 Segundo o Decreto nº 9.573/2018, que aprova a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas, são consideradas infraestruturas críticas as instalações, os serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, provocará sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade.

industrial e científica e sustentada pelos recursos naturais e econômicos do país, a MN faz a máquina bélica funcionar, ao sair da situação de preparo em tempos de paz para a execução com eficiência e prontidão em tempos de guerra (VIDEIRA, 2019; BRASIL, 1983). Chama-se a atenção para a importância do tempo de resposta da MN, pois há enorme vantagem para o beligerante que mais prontamente transformar seu potencial nacional em Poder¹⁴. Essa capacidade de reação depende da capacidade logística, da conscientização do país, (VIDEIRA, 2019; SILVA, 2011) e do grau de assessoramento prévio de IE aos planejadores e decisores.

Em termos jurídicos, a MN pode ser definida como um instrumento legal decretado pelo Presidente da República, em caso de agressão estrangeira, para obter, reunir e distribuir os recursos e meios disponíveis no Poder e Potencial Nacionais¹⁵, ou no exterior, ao complementar a Logística Nacional, para preservar ou restabelecer a Defesa e a Segurança da Nação (BRASIL, 2007). Esses recursos e meios deverão ser preparados com uma visão de planejamento integrado de longo prazo dos diversos setores competentes (BRASIL, 1983; BRASIL, 1987; BRASIL, 1988), hoje organizados no Sistema

Nacional de Mobilização (Sinamob). Visa-se a capacitar o país para a realização de ações estratégicas e a consequente desmobilização com um mínimo de impactos negativos. Logística Nacional¹⁶, por sua vez, para fins de MN, é o conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão dos recursos e meios necessários à realização das ações decorrentes da END (BRASIL, 2007).

Da mesma forma que as funções e especificidades da IE em geral estão relacionadas com as lógicas e categorias de seu objeto de coleta e análise, seu papel para a LMN depende das variáveis próprias desse sistema inerente à Segurança Nacional. Já nos documentos doutrinários de LMN dos anos 1970 e 1980, havia o estabelecimento de lacunas de conhecimento a serem supridas por levantamentos e estudos, o que incluía funções para o Serviço Nacional de Informações (SNI). A Inteligência de Estado procederia a levantamentos estratégicos, forneceria informações e estimativas sobre a conjuntura nacional e internacional e sobre situações de emergência, proporcionaria a atualização do planejamento da MN e superintenderia os cadastros de dados de interesse (BRASIL, 1987; BRASIL, 1988).

Mesmo com a mudança do contexto

14 Na expressão econômica, a mobilização corresponde essencialmente à transformação da economia de paz em economia de guerra, e passa pela fase organizada da economia de transição (BRASIL, 1987).

15 Poder Nacional, compreendido como a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, e se manifesta em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2020). Potencial Nacional é o conjunto de Homens e Meios de que dispõe a Nação, em estado latente, passível de ser transformado em Poder (BRASIL, 2019).

16 A Logística Nacional corresponde às capacidades nacionais existentes de suprir, manter e movimentar forças e recursos militares e civis. Envolve tanto a logística empresarial, de fluxos de mercadorias e informações, quanto a logística mais ampla no sentido militar, que inclui também funções de saúde, pessoal e engenharia, prevê e provê os meios necessários às ações estratégicas (EM 006/87).

político do Brasil e do mundo, essa lógica de atuação da Inteligência para a LMN permanece atual. No que tange à possibilidade de suprir, manter e movimentar as forças para a Defesa e de manter a própria sobrevivência da população, ou seja, a economia de guerra (BRASIL, 1988; COSTA E SILVA, 2011), os aspectos econômicos das capacidades da logística, da mobilização e também da desmobilização (BRASIL, 1987; BRASIL, 1988; BRASIL, 2007; VIDEIRA, 2019) assumem destaque e são objeto de produção de conhecimentos de IE. Nas bases doutrinárias da Mobilização de 1983, previam-se elementos como níveis de estocagem e de preços, racionamento de itens críticos, padronizações e estímulos produtivos, transferências de capacidades produtivas, comércio exterior e atividades creditícias, monetárias e fiscais, assim como a mobilização específica do setor industrial (COSTA E SILVA, 2011), e consideravam-se questões como insumos, mão-de-obra, infraestruturas e energia. (BRASIL, 1983; BRASIL, 1987; BRASIL, 1988).

Um conceito central em que deve haver apoio informacional da IE é o de hipótese de guerra (BRASIL, 1983; BRASIL, 1987), hoje denominado de hipótese de emprego, que representa as situações de potenciais agressões externas ensejadoras de uma decretação de MN, e que decorrem do estudo de cenários da conjuntura

internacional e das vulnerabilidades e dos compromissos internacionais do Brasil (CHAGASTELES, 2003). É função da Inteligência central de Estado suprir os decisores do Ministério da Defesa (MD) e dos Estados-Maiores com análises interdisciplinares (geo)políticas, (geo) econômicas, sociais e jurídicas mais amplas, que reduzam as incertezas e ruídos (PLATT, 1974; FINGAR, 2011), atinjam vantagem informacional (OLIER, 2012) e embasem os diversos planos setoriais de Mobilização Nacional (BRASIL, 1983; BRASIL, 1988; VIDEIRA, 2019). Aqui, cabe ressaltar que os aspectos propriamente militares dos levantamentos estratégicos dessas hipóteses, como conhecimentos sobre as forças de países relevantes e conhecimentos de apoio operacional e tático, são estudados e definidos pelo Ministério da Defesa e pelas forças singulares, com apoio de seus respectivos serviços de Inteligência militar (CEPIK, 2003), e não há, assim, superposição, mas complementariedade dos diversos tipos de Inteligência envolvidos.

Na fase de estabelecimento das hipóteses de emprego e do planejamento estratégico¹⁷, a IE pode contribuir com apreciações explicativas da conjuntura e das estruturas (geo)econômicas internas e externas, o que inclui as capacidades e intenções dos atores relevantes e as tendências, os cenários e consequências econômicas prováveis

17 Especificamente no que Beaufre (1998) chamou de “guerra logística”, desenrolada em tempo de paz e com a aplicação de estratégias indiretas, os prazos de execução e maturação das decisões são de longa duração, o que torna a capacidade prospectiva do Estado diferencial vital de sua segurança nacional.

decorrentes das hipóteses de conflito (BRITO, 2011). Esses elementos de IE podem ter aplicação na fundamentação do planejamento estratégico e preditivo no âmbito do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), do MD, na definição de políticas da Base Industrial de Defesa, bem como na preparação e na execução de Operações de Paz da ONU. Questões como problemas de abastecimento e inflação, a imposição de sanções e o comportamento de países quanto à continuidade de fornecimento de bens militares e econômicos ao Brasil e ao país agressor seriam especialmente relevantes no contexto da LMN.

No mesmo sentido, em seus eixos de atuação para garantia da segurança econômica nacional, a Contrainteligência se mostra essencial para a manutenção e efetivação das atividades logísticas e de eventual MN do País. Ameaças como sabotagem, espionagem e interferência externa, além de prejudicar o desenvolvimento econômico nacional necessário para a atuação da LMN de forma efetiva, têm o potencial de romper as bases necessárias para o funcionamento dessas operações. Ademais, um ataque às ICs do país pode prejudicar todo o suporte e as cadeias de suprimentos necessárias para o desdobramento dessas atividades.

É importante ressaltar que o setor de Defesa é um alvo primordial para as atividades de Inteligência hostis. Assim, faz-se necessária a adoção de medidas especiais de proteção

de suas infraestruturas, tecnologias e informações. Comumente, existem seções com especialistas em Inteligência no setor de Defesa, cujo principal objetivo é avaliar as ameaças e os riscos ao pessoal, às instalações e às informações nacionais da Defesa (CHUTER, 2011).

Considerações finais

Este artigo procurou explicar o papel da Inteligência de Estado para a Segurança Econômica do Brasil, ao explorar as funções e especificidades da Inteligência e da Contrainteligência econômicas para a Logística e a Mobilização Nacional sob o paradigma da Geoeconomia. Nessa lógica, a análise das funções e características definidoras da IE e da Contra-IE demonstrou a conexão existente entre a atividade meio e o objeto específico das análises. A economia, sobretudo em um olhar de economia política e geoeconomia, em que as relações de produção e distribuição dos bens da vida são também relações de poder e de disputas estratégicas entre Estados e organizações, define os problemas a serem abordados pela IE e as ameaças mais específicas que a Contra-IE tem de combater.

Na LMN, a expressão econômica é fundamental e suas necessidades levam, por sua vez, a novas questões e produtos de IE, com foco em questões logísticas estratégicas, como infraestruturas críticas, cadeias de suprimentos globais, acesso a

matérias primas, capitais e tecnologias, entre outros, com o correspondente reflexo na Contra-IE. Em uma guerra ou grave crise, como pandemias e problemas nas cadeias de suprimentos globais, a IE confere consciência e compreensão situacionais à LMN e à proteção da Segurança Econômica Nacional. Especificamente na LMN, a IE contribui com a análise de problemas econômicos e logísticos para os processos decisórios estratégicos nacionais relativos à capacidade de desenvolvimento, manutenção e mobilização da atividade econômica do Brasil. Ressalta-se os levantamentos e análises conjunturais e estruturais para os planejamentos do Sinamob, da Base Industrial de Defesa, do PBC e das hipóteses de emprego, tanto para a fase de preparo quanto durante a execução da LMN.

Por sua vez, essas mesmas capacidades apresentam vulnerabilidades que podem ser exploradas pelos diversos adversários e competidores do País. Assim, a Contra-IE, de forma espelhada, é responsável pela proteção dos conhecimentos sensíveis nas searas econômica e da LMN e se contrapõe às ameaças de ações clandestinas de serviços e organizações adversas, como espionagem, ações de influência e a sabotagem de infraestruturas críticas, aspecto de especial relevância no contexto da LMN.

Desta forma, para a criação de uma efetiva capacidade de LMN e, conseqüentemente, efetiva capacidade de Defesa e de

Segurança do Estado e da sociedade brasileiros, cabe à Inteligência de Estado conhecer os ambientes e atores estratégicos, reduzir incertezas e antecipar tendências econômicas e logísticas, ao mesmo tempo em que protege os conhecimentos e estruturas críticas do país. As especificidades técnicas da matéria implicam a necessidade de pessoal especializado em IE e Contra-IE no Sisbin e na Abin, capazes de compreender sistemicamente o funcionamento dessas esferas da LMN, integrá-los transversalmente com outras áreas da Inteligência e gerar apreciações úteis aos decisores do Sinamob e ao próprio Sisbin.

O exercício das funções de IE e Contra-IE pela mesma agência pode facilitar a interação e a troca interna de informações e a obtenção de vantagem informacional na guerra econômica global em curso. Os produtos de análise explicativa conjuntural e estrutural da IE servem de embasamento à identificação de ameaças e ao planejamento e ao monitoramento das ações da Contra-IE. Igualmente, o conhecimento especializado sobre os atores que representam ameaças típicas tratadas pela Contraineligência é um elemento diferencial sensível que precisa ser levado em consideração nas atividades de coleta, busca e análise de IE. Em conjunto, IE e Contra-IE formam o substrato informacional para que o país possa participar do complexo jogo multidimensional geoeconômico e político-militar do mundo atual.

Referências

- BEAUFRE, André. *Introdução à estratégia*. Trad. Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército ed., 1998.
- BONUCCI, Lorenzo. *Economic Intelligence as National Security Issue, A Brief Study*. Dipartimento di Scienze Politiche e Sociali, Università degli Studi di Firenze, 2016.
- BRASIL, *Proposta de Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*, 2020. Encaminhadas, em 22 de julho de 2020, para apreciação do Congresso Nacional.
- BRASIL. *Fundamentos do Poder Nacional*. Rio de Janeiro, RJ: Escola Superior de Guerra, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/fundamentos-do-poder-nacional/FPN2022.pdf>.
- BRASIL, Decreto nº 9.573, de 22 nov. 2018. Aprova a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, nº 225, 23 nov. 2018.
- BRASIL. Decreto de 15 dez. 2017. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 241 p. 36, 18 dez. 2017.
- BRASIL. Decreto nº 8.793, de 29 jun. 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 124, p. 5, 30 jun. 2016.
- BRASIL. Lei nº 11.631, de 27 dez. 2007. Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o SINAMOB. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 249, p. 1, 28 dez. 2007.
- BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 dez. 1999. Institui o SISBIN, cria a ABIN e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 137, n. 234, p. 49-50, 8 dez. 1999.
- BRASIL, Portaria nº 73/1988. *Manual Básico de Mobilização Nacional*.
- BRASIL. *Exposição de Motivos nº 6*, de 14 de setembro de 1987, SG/CSN.
- BRASIL. *Exposição de Motivos nº 2*, 1983. Bases da doutrina de Mobilização Nacional, SG/CSN.
- BRITO, Vladimir de Paula. *O papel informacional dos serviços secretos*. 2011. Dissertação

(Mestrado) - UFMG, 2011.

BRUNEAU, Thomas. Intelligence and democratization: the challenge of control in new democracies. *In: occasional paper #5*. Monterey/California: *The Center for Civil-Military Relations – Naval Postgraduate School*, Março, 2000.

BRANCO, E. C. C. Indicadores Econômicos na Análise de Inteligência – Estudo sobre os índices de risco soberano. *Revista Brasileira de Inteligência*, n. 12, p. 91-105, dez. 2017.

CEPIK, Marco. Inteligência militar e política de defesa. *In: Seminário de Política de Defesa para o século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. Pp. 111- 123

CHAGASTELES, Sérgio. Hipóteses de emprego na determinação da estrutura militar: custos, organização e dimensões na Marinha. *In: Seminário de Política de Defesa para o século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. p. 145 – 153.

CHUTER, David. *Governing & Managing the Defence Sector*. *Institute for Security Studies*, Africa do Sul, 2011.

COSTA, Manom Tavares da; GÓES, Guilherme Sandoval. Sistema de Mobilização Nacional frente uma ameaça externa e a segurança energética (marítima). *In: Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*. Rio de Janeiro, n. 24, Edição especial, jan.- jun. 2023.

COSTA e SILVA, A indústria de Defesa – sua importância estratégica para o Brasil. *Caderno de Estudos Estratégicos de Logística e Mobilização Nacionais*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, Divisão de Assuntos de Logística e Mobilização, v. 1, n. 3 , p. 137-153, jan./dez. 2011.

DCAF Intelligence Working Group. Intelligence Practice and Democratic Oversight. *In: A Practitioner's View Occasional Paper n. 3*, Geneva, July 2003.

DCAF – Geneva Centre for Security Sector Governance. SSR in a Nutshell. *In: Manual for Introductory Training on Security Sector Reform*. ISSAT, 2012.

DCAF – Geneva Centre for Security Sector Governance. *National Security Policies*. SSR Backgrounder Series Geneva: DCAF, 2015.

FARIAS, Antônio Cláudio Fernandes; CARVALHO, Antônio Augusto Muniz.

Biodiversidade, biopirataria e inteligência. *Diálogos Soberania e Clima*, Brasília, Centro Soberania e Clima, ano 1, v. 1, n. 5. 2022.

FINGAR, Thomas. *Reducing uncertainty: intelligence analysis and national security*. Stanford University: Stanford University Press, 2011.

FOLGADO, Pedro. A Segurança Econômica e a Necessidade de um Sistema de Informações Econômicas. *ResPublica*, n. 15, p. 87-99, 2015.

FRAUMANN, Edwin. Economic Espionage: Security Missions Redefined. *Public Administration Review*, v. 57, n. 4, p. 303-308, Jul/Aug. 1997.

GONÇALVES, Joanisval Brito. *Atividade de Inteligência e Legislação Correlata*, 6. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2018. 472p.

KHANNA, Parag. *Connectography: mapping the future of global civilization*. New York, Random House, 2016.

NYE, Joseph. *Compreender os conflitos internacionais. Uma introdução à teoria e à história*. Lisboa: Gradiva, 2002.

OLIER, Eduardo. *Geoeconomía: las claves de la economía global*. Madrid: Ed. Pearson., 2012.

PLATT, Washington. *Produção de informações estratégicas*. Trad. Major Álvaro Galvão Pereira e Capitão Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Livraria Agir Editora, 1974.

POTTER, Evan H. (org.). *Economic Intelligence & National Security*. Canada: Carleton University Press, 1998.

RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos. *Sistema brasileiro de inteligência econômica: reflexões para o estabelecimento de uma rede inicial de atores*. 2016. Dissertação (Mestrado) - UnB, Brasília, 2016.

RICKARDS, James G. Economic Security and National Security: interaction and synthesis. *Strategic Studies Quarterly*, Air University Press, v. 3, n. 3, p. 8-49, Fall 2009), p. 8-49.

RODRIGUEZ, Juan Ferrer. Seguridad Económica e Inteligencia Estratégica de España. *Documento Opinión*, Instituto Español de Estudios Estratégicos, n. 85, 5 dic. 2011.

RUDZIT, Gunther; NOGAMI, Otto. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 53, n. 1, p. 5-24, 2010.

SOUZA, Delanne Novaes de. Inteligência Econômica de Estado: necessidade estratégica para o Brasil. *Revista Brasileira de Inteligência*, Brasília: Agência Brasileira de Inteligência, n. 13, p. 129 – 148, dez. 2018.

VIDEIRA, Antonio Celente. *Da industrialização militar à Mobilização Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Luzes: Comunicação, Arte & Cultura, 2019.